



Plano Municipal pela Primeira Infância

Políticas para a Primeira Infância no **território alagoano**

Prof. Dra. Elisangela Mercado
UFAL/REPI-AL

Contexto da iniciativa



BRASIL 17.647.840 crianças
estimativa populacional na faixa etária de 0 até 6 anos

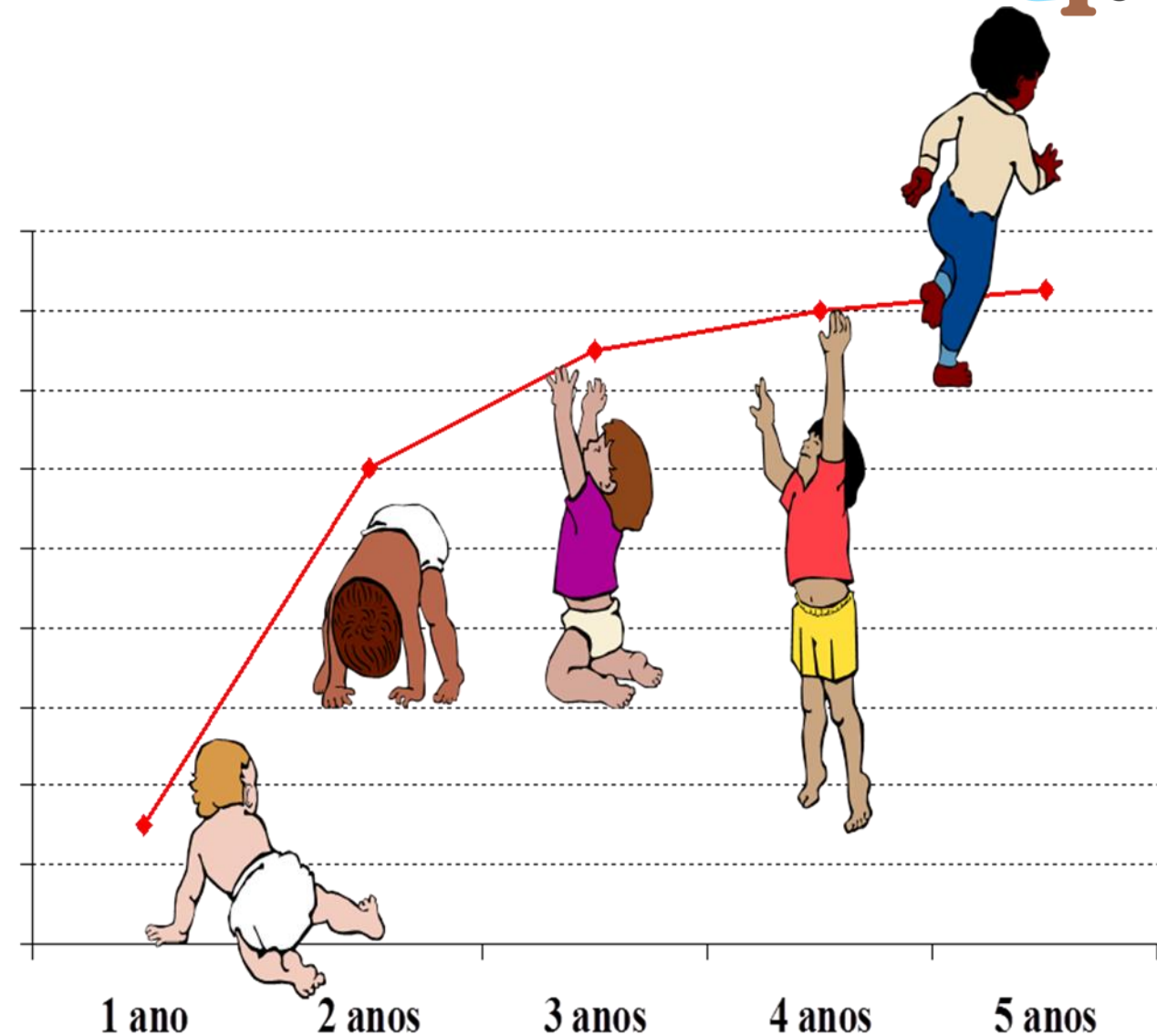
Fonte: Nota Técnica FMCSV /2020



ALAGOAS 3.322.820 habitantes
estimativa populacional
Fonte: Nota Técnica FMCSV /2020



ALAGOAS 303.500 crianças (9,13%)
estimativa populacional na faixa etária de 0 até 6 anos
Fonte: Nota Técnica FMCSV /2020





Contexto da iniciativa

OBSERVA Observatório do Marco Legal da Primeira Infância

Antes de começar, vamos **mapear** os nossos desafios



38% da população com 14 anos ou mais que desempenha tarefas de cuidado com moradores de 0 a 5 anos (**44% sexo feminino; 39% pretas**)

73,7% das crianças de 0 a 5 anos em situação domiciliar de pobreza (**78% 0 a 2 anos**)

2,5% dos nascimentos não são registrados

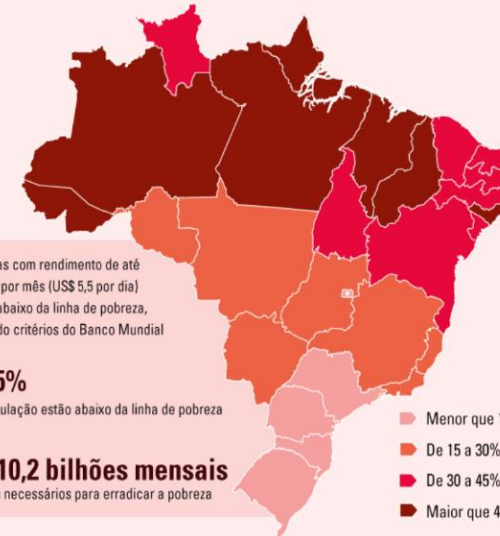


108 crianças de 0 a 5 anos em serviços de Acolhimento Institucional



Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza

Por Unidades da Federação - 2017



R\$ 10,2 bilhões mensais seriam necessários para erradicar a pobreza

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2018

AGÊNCIA IBGE

cria
CRIANÇA ALAGOANA

96,1% de cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) existentes para atendimento das famílias inseridas no Cad Único,



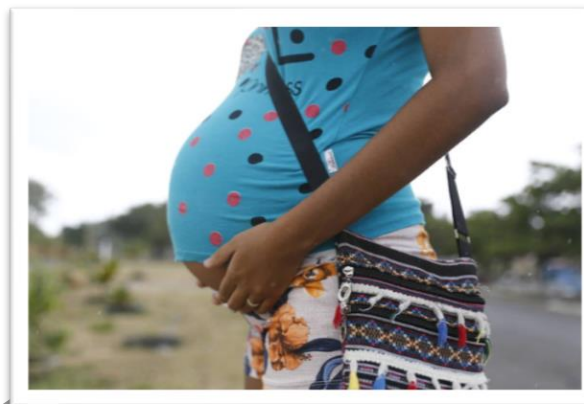
Contexto da iniciativa



5,5% das crianças de 0 a 5 anos baixo peso ou peso muito baixo para a idade / **19,5** das crianças de 0 a 5 anos com sobrepeso ou obesidade



35,1% das crianças de 0 a 5 anos residem em domicílios com acesso a rede de esgoto, água encanada e coleta de lixo,



70,6% de mulheres com filhos nascidos vivos que realizaram pelo menos 7 consultas de pré-natal



781 óbitos de menores de 5 anos (**84,3%** mortalidade infantil)

809 leitos pediátricos (85,7% habilitado) e **210 leitos de UTI** pediátricas e neonatal (64,2% habilitado)

Fonte: DATASUS, 2019





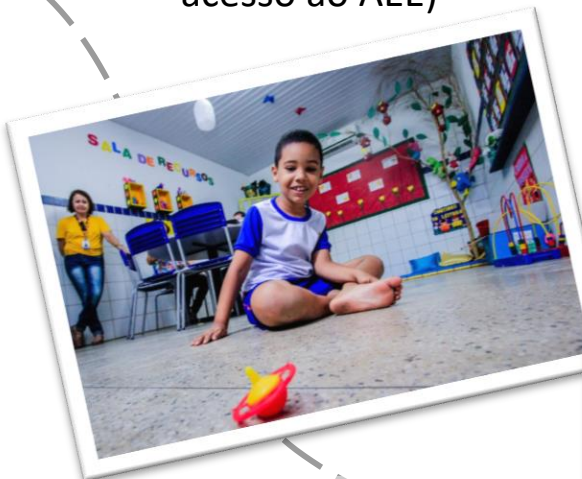
Contexto da iniciativa

OBSERVA Observatório do Marco Legal da Primeira Infância

29,7% das crianças de 0 a 3 anos e frequentam CEI (**70,3 %** fora do sistema de ensino)



100% matrículas de crianças com deficiência, TEA ou altas habilidades/superdotação em classes comuns (**50%** tem acesso ao AEE)



92,8% das crianças de 4 a 5 anos frequentam CEI (**2,5%** fora do sistema de ensino)

85,2% matrículas em creches e **74,2%** em pré-escolas que possuem área externa, parque infantil ou brinquedos



53,4% das matrículas em creches e **52,8%** em pré-escolas com saneamento básico

56,9% das matrículas em creches e **57,9%** em pré-escolas sem recurso de acessibilidade



39,9% das creches e **40,9%** das pré-escolas regulamentadas no conselho ou órgão de educação

E agora diante deste cenário qual o nosso papel e compromisso?

Por que investir na primeira infância?

4 argumentos para introduzir a importância desse assunto



Por que a Primeira Infância é tão importante?



Investir na primeira infância é:



Um direito da criança como **cidadão**



Um investimento no **futuro** do município e do país



Uma forma de promover a **equidade**

Argumento Social

- Proteger a criança e cuidar dela para que tenha vida plena e desenvolva seu potencial humano é dever da família, da sociedade e do Estado. A sociedade como organização da convivência, da sobrevivência e da evolução da espécie deve velar, zelar e assumir o dever de ser guardiã da infância, da saúde, nutrição, educação, proteção, brincar, convívio familiar e comunitário..

Argumento da Justiça Social

- Todas as crianças nascem com imenso potencial, mas algumas têm mais oportunidades que outras para desenvolvê-lo. Um ambiente seguro e estimulador contribui para o desenvolvimento cerebral da criança. Uma forma eficaz para quebrar o círculo da pobreza, apoiar e fortalecer as competências dos adultos em cuidar e educar, garantindo as crianças cuidado integral, desenvolvimento pleno e vínculo afetivo.

Argumento da economia

- Economistas defendem que investir na primeira infância rende sete vezes o seu valor na vida adulta, por isso cada real investido na primeira infância gera desenvolvimento, mitiga as desigualdades educacional e contribui para o desenvolvimento do país. Isto significa aquisição de maior capacidade para o mundo do trabalho.

Argumento educacional

- A criança começa a aprender no dia em que nasce. As primeiras experiências geram as aprendizagens mais importantes. Pesquisas apontam que as crianças que tiveram acesso a educação infantil têm maior probabilidade de cursar o ensino médio e ingressar na universidade.



Por que a Primeira Infância é tão importante?



Argumento dos direitos: As crianças são sujeitos de direitos.

Dar voz às crianças na construção das políticas para a primeira infância.

A ONU declara em 1959 os Direitos das Crianças. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos da criança são reconhecidos ao determinar ser dever do estado, família, sociedade e zela pelos direitos das crianças com absoluta prioridade (art. 227). Em consonância com o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança o Brasil aprova o Decreto nº 99.710/1990 e a Lei nº 8.069/1990, doravante Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece o conjunto de direitos assegurado a este público, cabendo ao Estado atuar na segurança e formação da criança. A Lei nº 13.257/2016, Marco Legal da Primeira Infância, amplia e ajusta os direitos às crianças de até 6 anos de idade, considerando PROTEÇÃO, PREVENÇÃO e PARTICIPAÇÃO. Então, temos o Plano Nacional da Primeira Infância revisado e atualizado para 2020-2030.

Respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento; Reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança; Envolver sociedade, profissionais, pais e crianças no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços; formar a cultura de proteção, participação e promoção da criança.

Por que a Primeira Infância é tão importante?



O Plano Nacional da Primeira Infância, segundo Vital Didonet é um instrumento que visam a garantir o cuidado integral às crianças em consonância com o conceito de prioridade absoluta estabelecido pelo art. 227 da Constituição: “Uma das novidades e aspectos mais importantes deste instrumento é esse olhar abrangente, que contempla todas as dimensões da criança: pessoal, individual e social, a criança em integração com o outro. Cada ser é tratado com inteira dignidade, sujeito de direitos e cidadão”. (MPMA, 2020, s/p)



Este Plano Nacional está tecido por uma defesa cabal dos direitos da primeira infância, por sólidas argumentações técnicas e por uma análise poliédrica elaborada por muitas organizações com ampla experiência na primeira infância. Mas, sobretudo, por um profundo amor pelas fontes e origens do ser humano e pela convicção de que cuidar da primeira infância é cuidar da sociedade no seu conjunto.

Zelar pelo hoje da primeira infância é oferecer um presente ao passado e ao futuro, um presente que muda a representação dos tempos pretéritos e amplia o horizonte do porvir.

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) é um documento político e técnico que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e de promoção dos direitos das crianças na primeira infância.



Quem já tem PMPI em Alagoas?

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE COITÉ DO NÓIA



PMPI-COITÉ DO NÓIA

O PMPI – Coité do Nóia foi discutido e elaborado no ano de 2015 com a participação de organizações governamentais e não-governamentais. Foi aprovado pelo CMDCA em

Coité do Nóia, 2015

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE DELMIRO GOUVEIA

O PMPI - Delmiro Gouveia foi discutido e aprovado nos anos de 2015 e 2016 com a participação e representações governamentais e não governamentais.

Foi aprovado pelo **CMDCA** - Delmiro Gouveia em 02 de março de 2016

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Palmeira dos Índios - AL 2016-2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE SÃO SEBASTIÃO/AL 2015 – 2025

EU E MEU MUNICÍPIO CRESCENDO JUNTOS

SÃO SEBASTIÃO / AL - 2015

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE TAQUARANA (PMPI)

O PMPI – Taquarana foi discutido e elaborado no ano de 2016 com a participação de organizações governamentais e não-governamentais.

Foi aprovado pelo CMDCA em Taquarana, 2016

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ARAPIRACA-AL

Arapiraca/AL 2016 - 2026

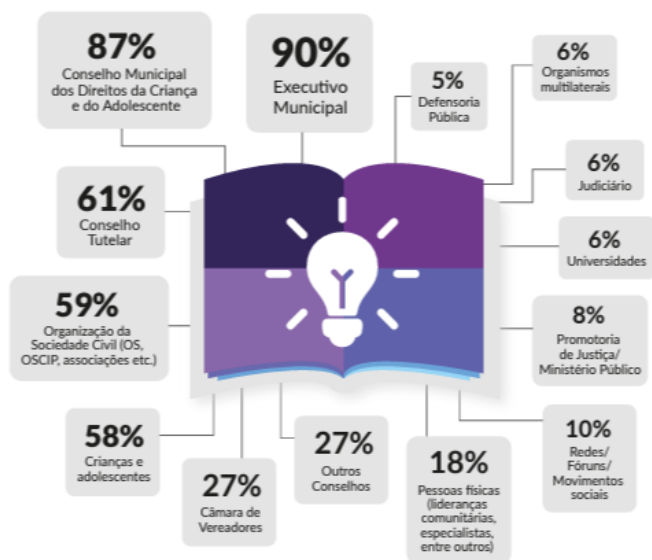




1

ELABORAÇÃO DO PLANO: ATORES E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

ATORES MAIS ATUANTES NA ELABORAÇÃO



+ Entre os integrantes do Executivo Municipal destacam-se as Secretarias de Assistência Social (86%), Educação (83%), Saúde (82%), Esporte/Cultura/Lazer (49%), Meio Ambiente (18%), Mobilidade e Transporte (4%), e Urbanismo (4%).

93% dos Planos analisados apresentam informações sobre a seu processo de elaboração, incluindo a relação dos atores que participaram dessa etapa.

4

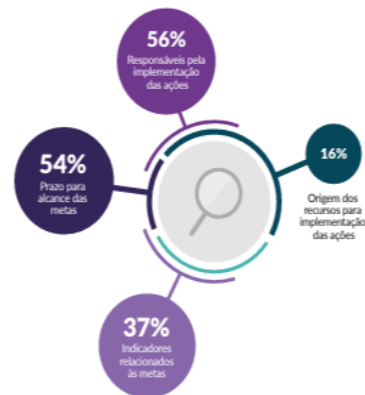
PLANO DE AÇÃO E ATUAÇÃO INTERSETORIAL

ÁREAS CONTEMPLADAS NO PLANO DE AÇÃO



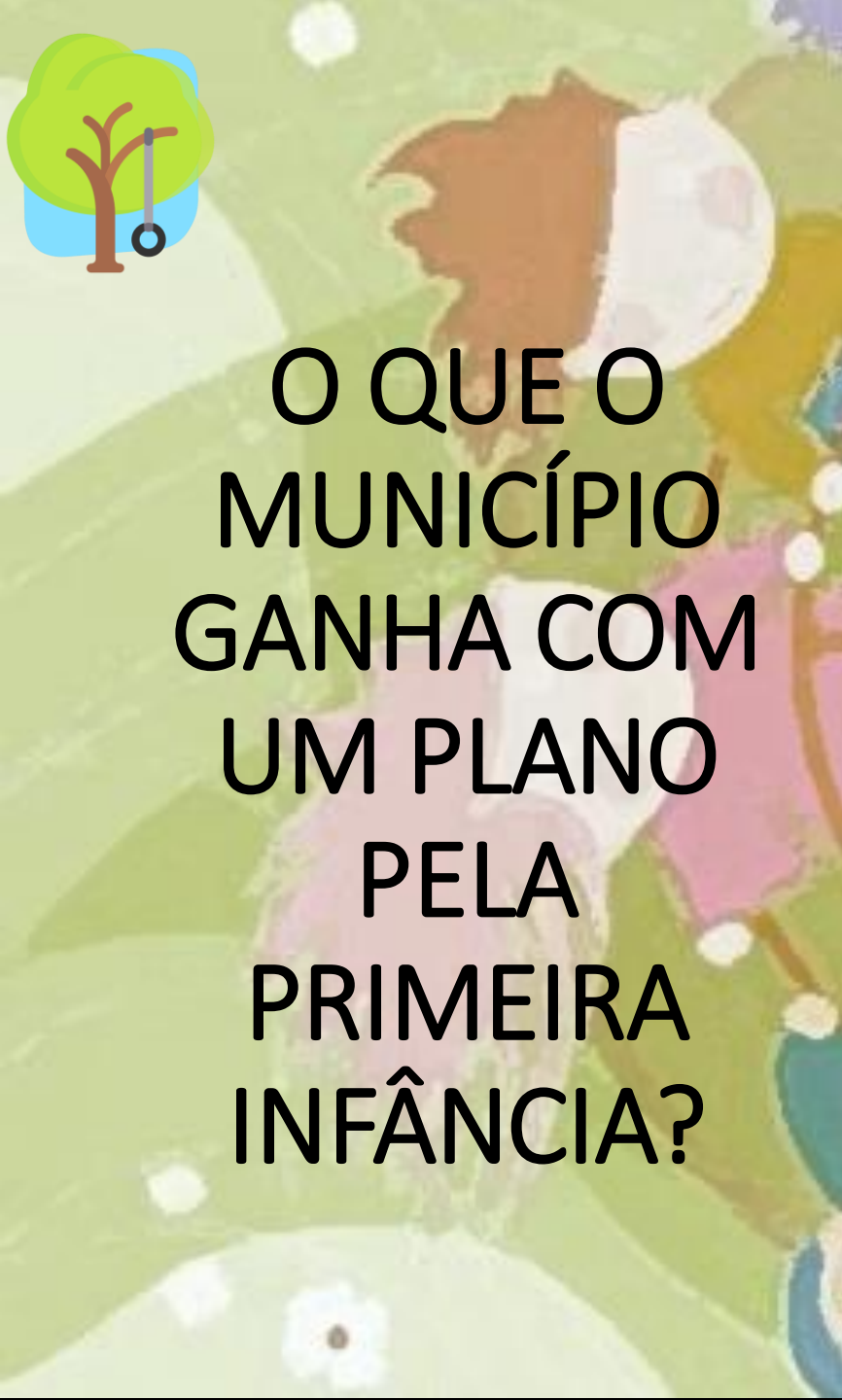
ELEMENTOS PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em 81% dos planos há referência ao monitoramento e avaliação das ações e iniciativas propostas.



PÚBLICOS CONTEMPLADOS NO PLANO DE AÇÃO





O QUE O MUNICÍPIO GANHA COM UM PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA?

- O Plano Municipal pela Primeira Infância **induz a um novo olhar** para as crianças, suas infâncias, a territorialidade e a cultura. **Considera as potencialidades** de desenvolvimento e aprendizagem dos primeiros seis anos de vida, **as necessidades** das crianças e avalia **as possibilidades** do governo melhorar as condições de vida, de crescimento e dinamização do potencial humano. **Estabelece objetivos e metas** para serem realizados no decurso dos próximos dez anos.
- O município que se engaja na elaboração e implementação do PMPI **mobiliza** pessoas e organizações do governo e da sociedade para proteger e promover o bem-estar das crianças do seu território, bem como seu desenvolvimento; **torna mais conhecido** o significado da infância, valorizando as primeiras vivências, as diversas linguagens e os valores e atitudes para a convivência em sociedade; **gera maior consciência** nas pessoas, nas instituições e na sociedade em geral sobre as crianças enquanto cidadãos, enquanto sujeitos de direito; **amplia o conhecimento** sobre as crianças do município: quantas são, como vivem, como são seus ambientes de desenvolvimento e aprendizagem, qual a qualidade de suas experiências e vivências, quais as necessidades pelas quais passam e os bons serviços que lhes estão sendo oferecidos. E, por fim, **muda a história de muitas pessoas...**



Importância da Primeira Infância

Vídeos educativos sobre a primeira infância

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Guia pela elaboração de Planos Municipais de Primeira Infância

Guia de sugestões e passo a passo para apoiar municípios no desenvolvimento de um plano para a Primeira Infância

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal



Plano Municipal pela Primeira Infância

Plano de Estado, intersetorial, que visa o atendimento aos direitos das crianças na primeira infância. Rede Nacional Primeira Infância

Cadernos e Revistas da Primeira Infância

Guia de publicações sobre a primeira infância

Instituto da Primeira Infância

Obrigada!

elisangela.mercado@cedu.ufal.br

repi.alagoas@gmail.com

